

Estado só tem 32% de área verde

■ Pesquisa do Centro de Informações e Dados culpa industrialização e ocupação irregular pela perda da cobertura vegetal

LUCIANA CABRAL

Só restam 32% de área verde no estado do Rio de Janeiro. Desde a década de 60, o desmatamento resultante da industrialização e da urbanização deu origem a fragmentos isolados de florestas e transformou 45% do território em pasto sem gado. E planta-se pouco: o correspondente a 9% da área do estado. As constatações são do Índice de Qualidade dos Municípios (IQM-Verde), elaborado pelo Centro de Informações e Dados do Rio de Janeiro (CIDE). Os dados serão apresentados hoje e expõem a degradação do meio ambiente, a improdutividade, e alertam: nesse ritmo, regiões inteiras vão ficar sem vegetação e o estado pode ficar sem água.

Segundo o IQM-Verde, a Baixada Fluminense perdeu definitivamente a vegetação original; as pastagens do município de Guapimirim colocam em risco a Região Serrana; o Noroeste é quase um deserto e, na cidade do Rio, é preciso religar o Maciço da Pedra Branca ao da Tijuca para que não se perca a maior floresta urbana do mundo. Para impedir que o que ainda sobrou de área verde *evapore* nas próximas décadas, o CIDE propõe a criação dos Corredores Prioritários de Fragmentos Florestais. Ou seja, as vegetações remanescentes seriam ligadas umas às outras como forma de sobrevivência.

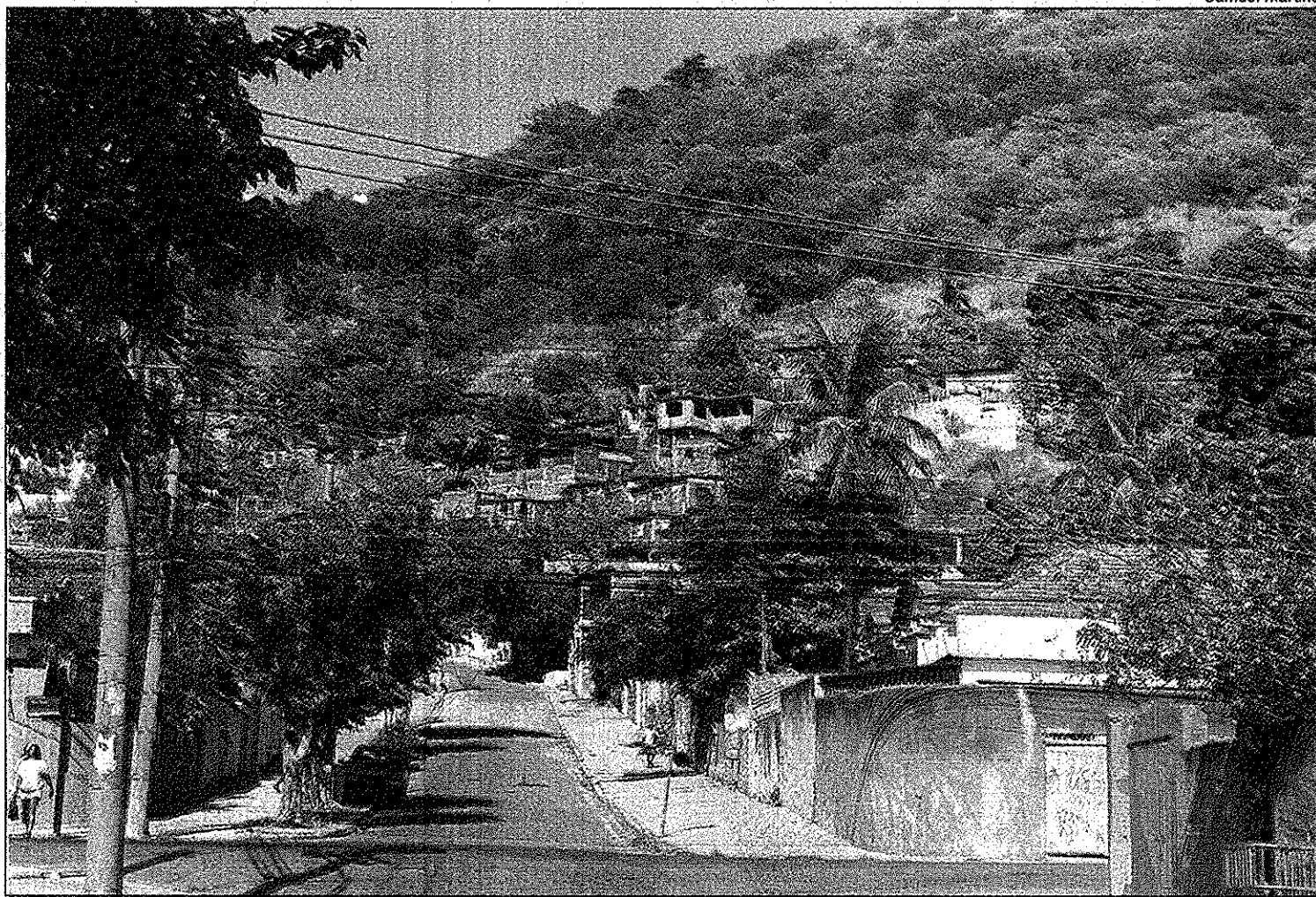
Ligações – Foram traçados 3.286 quilômetros quadrados de ligações, o equivalente a 4% do território fluminense e que, de comprimento total, chegam a 17.940 quilômetros – uma viagem Rio-Tóquio ou duas idas e voltas do Rio a Manaus. Os corredores reconectariam os fragmentos florestais e de vegetação. “Estas intervenções visam a deter o

atual processo de degradação. Com a identificação dos corredores para a interligação da vegetação, isto pode ser revertido. Isolados, estes fragmentos tenderiam a desaparecer”, explicou Waldir Rugero, diretor-técnico do CIDE e coordenador do IQM-Verde. O custo estimado para o replantio desta área é de R\$ 282 milhões, sem contabilizar possíveis remoções ou alterações em projetos econômicos locais.

De acordo com o diretor-técnico do CIDE, Eptácio Brunet, o investimento deve vir de convênios entre o governo estadual, prefeituras, empresas privadas instaladas nas regiões e organizações não-governamentais (ONGs). “Os indicadores disponibilizados pelo relatório são uma ferramenta para que a sociedade planeje a recomposição da cobertura vegetal de forma racional”, explicou Brunet, para quem o investimento necessário é pequeno diante dos problemas que o aumento da degradação pode provocar no estado.

Diagnósticos – Além dos corredores, o relatório criou o Índice de Qualidade de Uso do Solo e da Cobertura Vegetal, que vai possibilitar, a partir de agora, fazer diagnósticos sobre a qualidade ambiental do Rio. É a primeira vez no estado que é feito um levantamento detalhado dos tipos de vegetação, cursos d’água, áreas agrícolas, enfim, da ocupação do Rio de Janeiro.

Participaram do IQM-Verde, além do CIDE, o Setor de Ecologia do Instituto de Biologia da Universidade do Estado do Rio de Janeiro, a Associação Mico-Leão-Dourado, Jardim Botânico do Rio de Janeiro, Fundação Mata Atlântica, Instituto Estadual de Florestas e Universidade Estadual do Norte Fluminense.



Favela em Campinho teria de ser removida para a criação do corredor verde que ligaria os maciços da Pedra Branca e da Tijuca

Projeto prevê desocupação

No município do Rio, a ligação entre o Maciço da Pedra Branca e o Maciço da Tijuca é apontada pelo IQM-Verde como a principal solução para melhorar a condição ambiental da cidade. O custo estimado de reflorestamento deste corredor de 13,7 quilômetros quadrados é de R\$ 1.096.985,00. Atualmente, o Rio tem 38,7% do seu território coberto por vegetação e 37,9% é área urbanizada, sendo que o restante foi totalmente toma-

do pela ocupação humana, como pastagens ou solos expostos.

O crescimento das favelas no entorno dos morros e a própria expansão urbana dificultam, no entanto, este projeto. “Para ligar os dois maciços é preciso retirar algumas ocupações, como as favelas da Avenida Cândido Benício, no Campinho”, afirmou o diretor-técnico do Cide, Waldir Rugero. Vivem na região administrativa de Madureira, que abrange o Campi-

nho, 41.977 pessoas. Pelo menos um quarto desses moradores poderiam ter que ser retirados do corredor que liga as duas florestas.

No caso da Região Metropolitana, como a Baixada Fluminense ou São Gonçalo – áreas, segundo o IQM, com altos índices de degradação – a proposta do CIDE ainda está em estudo. A Faperj vai financiar a elaboração de um projeto que permita reconstruir artificialmente áreas verdes. “Será preciso

fechar vias e plantar ali parques ou linhas de vegetação, como foi feito em Berlim ou algumas cidades da Espanha”, explicou o diretor-executivo do CIDE, Eptácio Brunet.

Os números do Índice de Qualidade de Uso do Solo e da Cobertura Vegetal mostram que o caso mais grave é o de São João de Meriti, que tem 91% de área urbana, 8,9 de área degradada, 0,1% de rios e nenhum registro de qualquer tipo de vegetação.

Corredores verdes podem salvar florestas

As radiografias de satélite do estado do Rio mostram que a Região Noroeste Fluminense está sofrendo um grave processo de desertificação. Na área foram traçados Corredores Prioritários de Fragmentos Florestais por toda parte para salvar o pouco que ainda resta de vegetação.

São Fidélis e Santo Antônio de Pádua são os casos mais graves com, respectivamente,

201 e 177 quilômetros quadrados de áreas necessitando de reflorestamento urgente. É o equivalente a 15 vezes mais que o sugerido para o município do Rio.

O Médio Paraíba também tem dados alarmantes. Valença precisa de 190 quilômetros quadrados de ligações entre as vegetações remanescentes. Assim como Resende e Barra Mansa, com 109 e 93 quilôme-

tros quadrados de áreas prioritárias para o reflorestamento. Ambas as regiões sofreram com a cultura devastadora do café no século 20 e início do século 21, que trouxe muita riqueza no passado, mas deixou o solo deteriorado.

A Região Serrana, a despeito de sua excelente cobertura vegetal, é outra situação de risco por causa de Guapimirim. A cidade, que fica no pé da serra,

tem muita pastagem e áreas devastadas que ameaçam a floresta densa ao lado. “O loteamento de Guapimirim deixa a área em situação delicada porque é uma aproximação cujo impacto traz riscos para a Região Serrana”, observou Eptácio Brunet, diretor-executivo do CIDE, órgão responsável pelos dados do Índice de Qualidade dos Municípios (IQM-Verde).

Uso do solo no estado

Uso e vegetação	área (km²)	%
Pastagem	19.556	44,5
Floresta	7.291	16,6
Vegetação secundária	6.814	15,5
Área agrícola	4.135	9,4
Formações Pioneiras	1.900	4,3
Área Urbana	1.846	4,2
Corpos d’água	995	2,3
Não sensoriado	586	1,3
Área degradada	506	1,2
Afloramento rochoso	241	0,6
Outros	39	0,1

Fonte: Mapeamento digital do Estado do Rio de Janeiro (GEROE/CIDE)